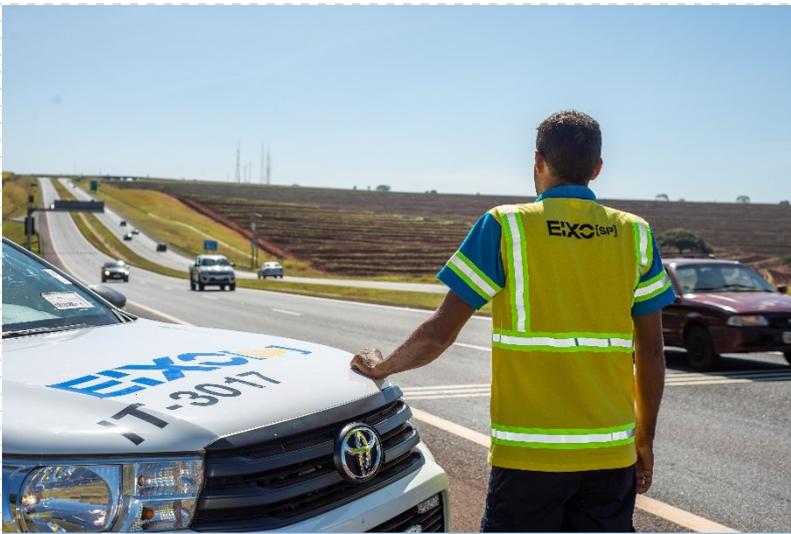


Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

EIXO [SP]



Relatório da Administração

2021



Itirapina, 17 de março de 2022.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2021.

Realizamos a comparação do resultado do exercício de 2021 com 2020, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou as suas atividades operacionais em Junho de 2020, de modo a evitar interpretações errôneas.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores



tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

i. Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Com relação aos tributos a recolher, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ambas competências maio de 2020 com vencimento postergado para novembro de 2020, e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020.



- ii. Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.
 - Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Neste momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2021		2020		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	56.431	24.514	53.547	-	5,4%	-
Veículos Leves	18.321	11.199	17.014	-	7,7%	-
Veículos Pesados	38.110	13.315	36.532	-	4,3%	-
Tráfego²	27.787	14.842	26.043	-	6,7%	-
Veículos Leves	18.571	11.423	17.161	-	8,2%	-
Veículos Pesados	9.215	3.419	8.882	-	3,8%	-
Tarifa Média (R\$)³	7,32	6,41	7,48	-	-2,1%	-

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

³ A tarifa média de 2020 foi calculada considerando o valor cobrado da Centrovias e EIXO.

O tráfego do período de janeiro a 03 de junho de 2020 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP, para efeito de comparação do tráfego com o exercício de 2021. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

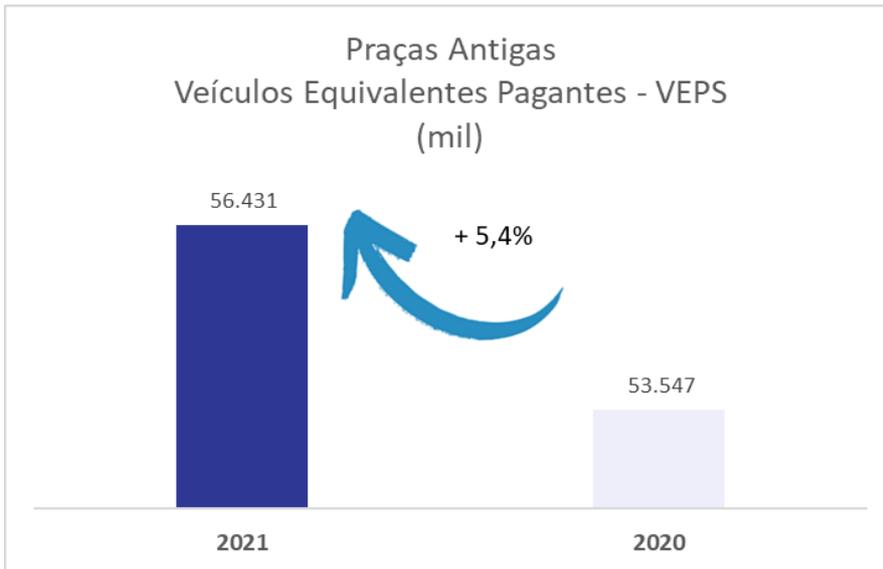
Com a celebração do contrato de concessão com a EIXO SP, houve redução na tarifa média em 11,7%, quando do início da concessão.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1, 2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/21 sobre Jan-Dez/20): Brasil	8,8%	7,7%	8,6%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,6% no fluxo total de veículos no exercício de 2021, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 8,8% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

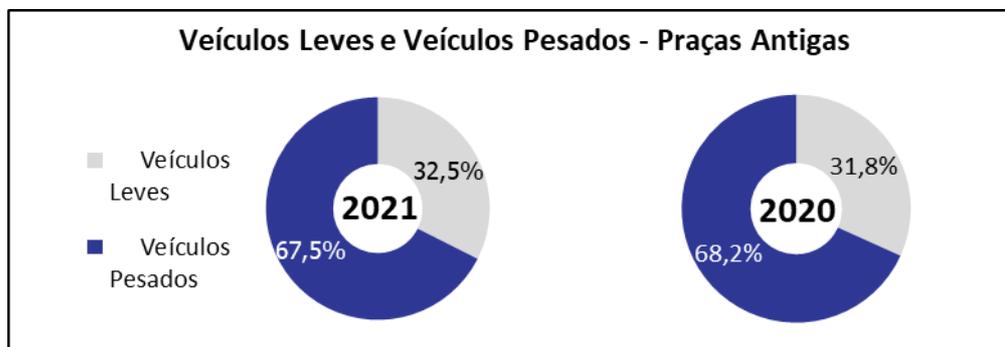


No exercício de 2021, as 21 praças de pedágio da EIXO registraram 80,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 5,4% na comparação com o mesmo período de 2020 (somente para praças antigas - ex Centrovias). Quando comparado o tráfego total do ano de 2021 com 2020 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação

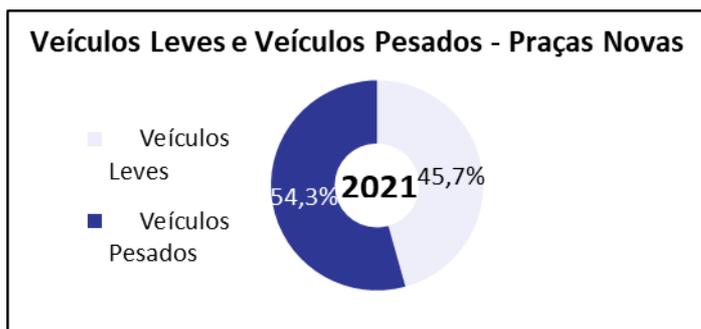
de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho; e
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro.

A performance de veículos pesados representa cerca de 67,5% do tráfego total (68,2% do tráfego em 2020) e apresentaram um aumento de 4,3% no período comparativo. Em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 7,7% no mesmo período comparado a 2020. Apesar do aumento no tráfego comparativo, todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO ainda sofrem com os efeitos da COVID-19. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



O tráfego no período de 01 de janeiro a 03 de junho de 2020 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Receita Bruta	1.341.388	616.282	118%
Receita com Pedágio ¹	573.557	231.390	148%
Receitas Acessórias	2.965	900	229%
Receita de Construção (IFRS)	764.866	383.992	99%
Receita Bruta Ajustada²	576.522	232.290	148%
Deduções da Receita Bruta	(49.603)	(19.996)	148%
Receita Líquida Ajustada²	526.919	212.294	148%

¹ A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

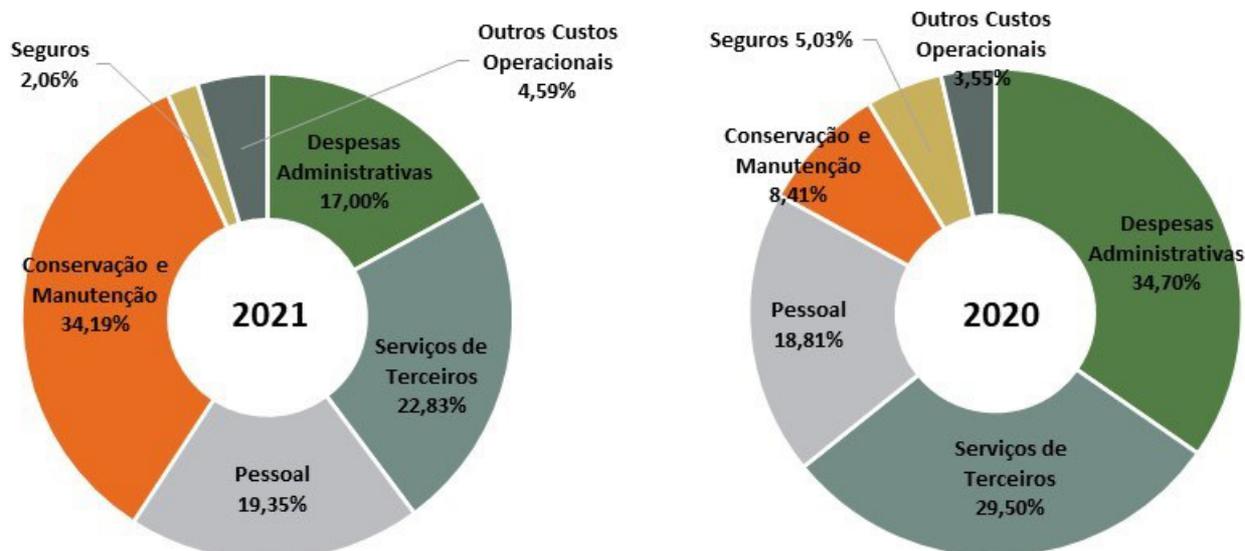
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Pessoal	(43.707)	(17.148)	155%
Conservação e Manutenção	(77.235)	(7.668)	907%
Serviços de Terceiros	(51.569)	(26.883)	92%
Seguros	(4.648)	(4.582)	1%
Outros Custos Operacionais	(10.359)	(3.233)	220%
Despesas Administrativas	(38.400)	(31.627)	21%
Custos e Despesas Administráveis	(225.918)	(91.141)	148%
Ônus de Fiscalização e Variável	(38.245)	(3.478)	1000%
Depreciação e Amortização	(95.873)	(32.564)	194%
Provisão para Contingências	(1.063)	-	-
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(361.099)	(127.183)	184%
Custo de Construção (IFRS)	(764.866)	(383.992)	99%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(60.830)	-	-
Custos e Despesas Operacionais	(1.186.795)	(511.175)	132%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



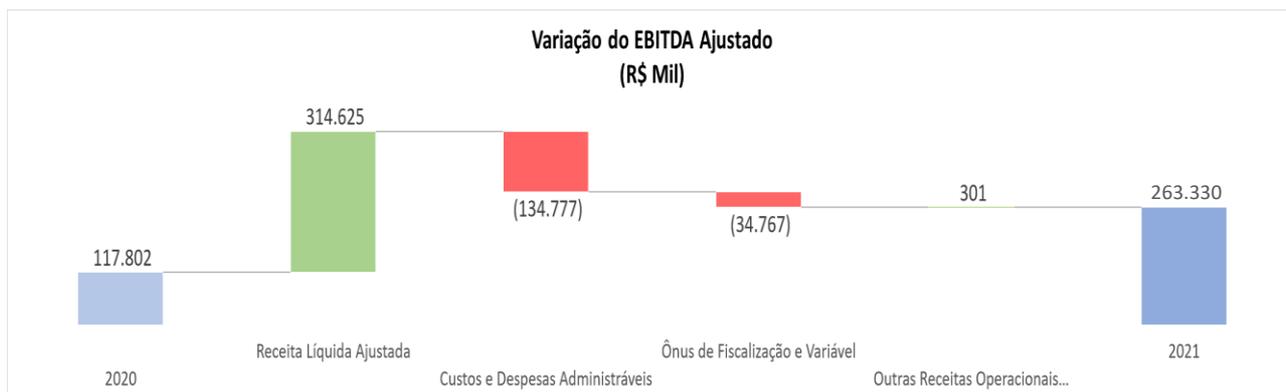
Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Lucro Líquido	22.119	29.715	-26%
Resultado Financeiro Líquido	95.390	40.503	136%
IRPJ & CSLL	(11.965)	15.020	-180%
Depreciação & Amortização	95.873	32.564	194%
EBITDA ICVM 527	201.417	117.802	71%
Margem EBITDA	15,59%	19,76%	-21%
Receita de Construção (IFRS)	(764.866)	(383.992)	99%
Custo de Construção (IFRS)	764.866	383.992	99%
Provisão de Manutenção (IFRS)	60.830	-	-
Provisão para Contingências	1.063	-	-
EBITDA Ajustado¹	263.310	117.802	124%
Margem EBITDA Ajustado¹	49,97%	55,49%	-10%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 263,3 milhões no ano de 2021, um aumento de 124% em relação ao ano de 2020, já a Margem EBITDA Ajustada reduziu 10%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. A queda na Margem EBITDA Ajustada foi ocasionada pela redução na receita de pedágio, que é explicada pela queda no tráfego em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Resultado Financeiro	(95.390)	(40.503)	136%
Receitas Financeiras	14.666	5.970	146%
Provisão para manutenção - AVP	12.466	-	-
Receita de aplicações financeiras	1.572	5.954	-74%
Outros	628	16	3825%
Despesas Financeiras	(110.056)	(46.473)	137%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(82.405)	(38.111)	116%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(11.090)	-	-
Outros	(16.561)	(8.362)	98%

Inflação e Juros	2021	2020
IPCA Últimos 12 Meses	10,06%	4,52%
CDI Final do Período	4,39%	2,75%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%
TJLP Final do Período	5,32%	4,55%
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

<https://calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Lucro do Exercício	22.119	29.715	-26%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2021	2020	▲
Dívida Bruta	1.579.916	1.038.111	52%
Curto Prazo	2.527	1.038.111	-100%
Empréstimos e Financiamentos	1.658	1.038.111	-100%
Debêntures	869	-	-
Longo Prazo	1.577.389	-	-
Empréstimos e Financiamentos	677.100	-	-
Debêntures	900.289	-	-
Disponibilidades	308.117	58.541	426%
Caixa e Equivalente de Caixa	284.561	58.541	386%
Aplicações Financeiras Vinculadas	23.556	-	-
Dívida Líquida Ajustada	1.271.799	979.570	30%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Investimento Total	2.227.722	1.557.509	43%
Imobilizado	34.779	11.568	201%
Intangível	2.291.480	1.561.934	47%
Direito de Concessão (Investimento)	2.279.080	1.545.941	47%
Direito de Uso	12.400	15.993	-22%
(-) Transação Não Caixa	(98.537)	(15.993)	516%

Os investimentos realizados no exercício de 2021 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta



qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

Os investimentos do exercício de 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	2021	2020	▲
Receita Bruta	1.341.388	616.282	118%
Receitas com Pedágio	573.557	231.390	148%
Receitas Acessórias	2.965	900	229%
Receita de Construção (IFRS)	764.866	383.992	99%
Deduções da Receita	(49.603)	(19.996)	148%
Receita Líquida	1.291.785	596.286	117%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(1.186.241)	(511.048)	132%
Pessoal	(43.707)	(17.148)	155%
Conservação & Manutenção	(77.235)	(7.668)	907%
Serviços de Terceiros	(51.569)	(26.883)	92%
Seguros	(4.648)	(4.582)	1%
Outros Custos Operacionais	(10.359)	(3.233)	220%
Ônus de Fiscalização	(38.245)	(3.478)	1000%
Despesas Administrativas	(38.400)	(31.627)	21%
Provisão para Contingências	(1.063)	-	-
Custos de Construção (IFRS)	(764.866)	(383.992)	99%
Provisão para manutenção	(60.830)	-	-
Depreciação & Amortização	(95.873)	(32.564)	194%
Outras receitas operacionais líquidas	554	127	336%
Resultado Operacional	105.544	85.238	24%
Resultado Financeiro	(95.390)	(40.503)	136%
Receitas Financeiras	14.666	5.970	146%
Provisão para manutenção - AVP	12.466	-	-
Receita de aplicações financeiras	1.572	5.954	-74%
Outros	628	16	3825%
Despesas Financeiras	(110.056)	(46.473)	137%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(82.405)	(38.111)	116%
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(11.090)	-	-
Outros	(16.561)	(8.362)	98%
Resultado Antes dos Impostos	10.154	44.735	-77%
IRPJ & CSLL	11.965	(15.020)	-180%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.859	432	5191%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(10.894)	(15.452)	-29%
Lucro do Período	22.119	29.715	-26%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	284.561	58.541
Aplicações financeiras vinculadas	8.270	-
Créditos a Receber	46.060	24.083
Estoques	3.005	1.461
Adiantamentos a Fornecedores	1.945	918
Despesas Antecipadas	2.546	9.333
Impostos a Recuperar	2.911	24
Outros Ativos	345	2
Partes relacionadas	200	260
Total do Circulante	349.843	94.622
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	15.286	-
Impostos Diferidos	23.291	432
Depósitos judiciais	140	-
Imobilizado	34.779	11.568
Intangível	2.279.080	1.545.941
Direito de Uso	12.400	15.993
Total do Não Circulante	2.364.976	1.573.934
Total do Ativo	2.714.819	1.668.556

Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
Passivo Circulante		
Fornecedores	54.276	90.989
Empréstimos e financiamentos	1.658	1.032.744
Debêntures	869	-
Credor pela concessão	13.190	382
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	13.041	7.980
Impostos, taxas e contribuições	13.771	12.139
Adiantamento de clientes	2.019	33
Seguros e garantias	149	119
Passivo de arrendamento	7.361	6.543
Partes relacionadas	2.345	413
Provisão para manutenção	1.111	-
Outras contas a pagar	369	311
Total do Circulante	110.159	1.151.653
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	628.673	-
Debêntures	889.243	-
Passivo de arrendamento	5.456	9.802
Provisão para riscos processuais	1.254	29
Provisão para manutenção	58.343	-
Dividendos	492	282
Total do Não Circulante	1.583.461	10.113
Total do Passivo	1.693.620	1.161.766
Patrimônio Líquido		
Capital Social	969.857	477.357
Reserva Legal	2.592	1.486
Reserva de Lucros	48.750	27.947
Total do Patrimônio Líquido	1.021.199	506.790
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.714.819	1.668.556



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da covid-19 e inauguração das novas praças de pedágio ao longo de 2021, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação [“tag”] fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíam, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a realização de circularização das operadoras de arrecadação para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de um cálculo de expectativa para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10, nº 2.10 e nº 25 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a avaliação dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações, com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos foi identificado uma reclassificação de itens classificados no estoque referente a sinalização e dispositivos de segurança para o ativo intangível, o qual foi corrigido pela Administração, e uma deficiência no desenho do controle de revisão dos gastos diretamente atrelados a concessão e que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.23 às demonstrações financeiras, cujo valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para correção de erro e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 / IAS 8 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

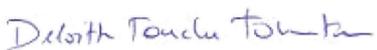
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
	Explicativa				Explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	284.561	58.541	Fornecedores	12	54.276	90.989
Aplicações financeiras vinculadas	4	8.270	-	Empréstimos e financiamentos	13	1.658	1.032.744
Contas a receber	5	46.060	24.083	Debêntures	14	869	-
Estoques	6	3.005	1.461	Credor pela concessão	15	13.190	382
Adiantamento a fornecedores		1.945	918	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	13.041	7.980
Despesas antecipadas	7	2.546	9.333	Impostos, taxas e contribuições	17	13.771	12.139
Impostos a recuperar		2.911	24	Adiantamento de clientes		2.019	33
Outros ativos		345	2	Seguros e garantias		149	119
Partes relacionadas	18	200	260	Passivo de arrendamento	19	7.361	6.543
Total do Ativo Circulante		<u>349.843</u>	<u>94.622</u>	Partes relacionadas	18	2.345	413
				Provisão para manutenção	20	1.111	-
				Outras contas a pagar		<u>369</u>	<u>311</u>
				Total do Passivo Circulante		<u>110.159</u>	<u>1.151.653</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	15.286	-	Empréstimos e financiamentos	13	628.673	-
Impostos diferidos	8.a	23.291	432	Debêntures	14	889.243	-
Depósitos judiciais		140	-	Passivo de arrendamento	19	5.456	9.802
Imobilizado	9	34.779	11.568	Provisão para riscos processuais	21	1.254	29
Intangível	10	2.279.080	1.545.941	Provisão para manutenção	20	58.343	-
Direito de uso	11	12.400	15.993	Dividendos	22.b	<u>492</u>	<u>282</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>2.364.976</u>	<u>1.573.934</u>	Total do Passivo Não Circulante		<u>1.583.461</u>	<u>10.113</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	22.a	969.857	477.357
				Reserva Legal	22.c	2.592	1.486
				Reserva de lucros	22.d	<u>48.750</u>	<u>27.947</u>
				Total do Patrimônio Líquido		<u>1.021.199</u>	<u>506.790</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.714.819</u>	<u>1.668.556</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.714.819</u>	<u>1.668.556</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 27 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	23	1.291.785	596.286
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	<u>(1.145.823)</u>	<u>(476.061)</u>
LUCRO BRUTO		145.962	120.225
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	24	(40.972)	(35.114)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>554</u>	<u>127</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>105.544</u>	<u>85.238</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	14.666	5.970
Despesas financeiras	25	<u>(110.056)</u>	<u>(46.473)</u>
		(95.390)	(40.503)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		<u>10.154</u>	<u>44.735</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(10.894)	(15.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	22.859	432
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		<u><u>22.119</u></u>	<u><u>29.715</u></u>
Lucro por ação - básico	26	0,030	0,062
Lucro por ação - diluído	26	0,027	0,062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 27 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	22.119	29.715
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>22.119</u>	<u>29.715</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 27 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	Capital Social		Lucros	Reservas de lucros		Total
		Subscrito	A integralizar	Acumulados	Legal	Retenção	
SALDO EM 27/01/2020		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	22.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro líquido do período	22.b	-	-	29.715	-	-	29.715
Destinação do resultado do período	22.c/22.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,062 por ação)	22.b	-	-	(282)	-	-	(282)
SALDO EM 31/12/2020		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Integralização de capital	22.a	-	492.500	-	-	-	492.500
Lucro líquido do exercício	22.b	-	-	22.119	-	-	22.119
Destinação do resultado do exercício	22.c/22.d	-	-	(21.909)	1.106	20.803	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,030 por ação)	22.b	-	-	(210)	-	-	(210)
SALDO EM 31/12/2021		<u>1.400.000</u>	<u>(430.143)</u>	<u>-</u>	<u>2.592</u>	<u>48.750</u>	<u>1.021.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 27 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
	Explicativa		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício / período		22.119	29.715
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	95.873	32.564
Baixa do intangível	10	629	-
Juros incorridos sobre arrendamento	25	878	616
Impostos diferidos	8	(22.859)	(432)
Provisão para riscos	21	1.225	29
Provisão para manutenção	20	59.454	-
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	73.814	38.111
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	21.902	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(21.977)	(24.083)
Estoques		(1.544)	(1.461)
Impostos a recuperar		(2.887)	(24)
Adiantamento a fornecedores		(1.027)	(918)
Despesas antecipadas		6.787	(9.333)
Outros ativos		(483)	(2)
Fornecedores		(81.650)	90.989
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		5.061	7.980
Credor pela concessão		12.808	382
Impostos, taxas e contribuições		11.735	12.139
Contas a pagar com partes relacionadas		1.992	153
Outras contas a pagar		2.075	425
IRPJ e CSLL pagos no período		(10.103)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(878)	(616)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>172.944</u>	<u>176.234</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	30	(25.459)	(12.844)
Aquisições de intangível	30	(728.040)	(1.573.796)
Aplicações financeiras vinculadas	4	<u>(23.556)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(777.055)	(1.586.640)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	13	594.595	994.633
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(1.077.088)	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	10	5.655	-
Captação de debêntures	14	828.670	-
Amortização de debêntures	14	(7.794)	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(6.407)	(3.043)
Integralização de capital	22.a	<u>492.500</u>	<u>477.357</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		830.131	1.468.947
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>226.020</u>	<u>58.541</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		58.541	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		284.561	58.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 27 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas:			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	576.522	232.290
Com construção	23	764.866	383.992
Outras receitas		554	127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	22.859	432
		<u>1.364.801</u>	<u>616.841</u>
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo e despesa operacionais		(906.062)	(396.314)
Serviços terceiros, seguros e outros		(78.209)	(48.300)
Poder concedente	24	<u>(38.245)</u>	<u>(3.478)</u>
Valor adicionado (consumido) bruto		342.285	168.749
Retenções:			
Depreciações e amortizações	24	<u>(95.873)</u>	<u>(32.564)</u>
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia		246.412	136.185
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	25	<u>14.666</u>	<u>5.970</u>
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		<u>261.078</u>	<u>142.155</u>
Distribuição do Valor Adicionado:			
Pessoal		-	-
Proventos		39.308	17.247
Benefícios		12.877	5.534
Encargos sociais e trabalhistas		12.062	5.726
Outros encargos		<u>1.305</u>	<u>755</u>
	24	<u>65.552</u>	<u>29.262</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	25	82.405	38.111
Despesas financeiras	25	27.651	8.362
Aluguéis	24	2.854	1.257
Outras		-	-
		<u>112.910</u>	<u>47.730</u>
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	10.894	15.452
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	28.559	11.516
Programa de Integração Social (PIS)	23	3.748	1.510
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	<u>17.296</u>	<u>6.970</u>
		60.497	35.448
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do exercício / período		22.119	29.715
Valor consumido		<u>261.078</u>	<u>142.155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 – Pista Sul – Itirapina – SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“GIC Group”).

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5%) desde o início da cobrança do pedágio e outorga variável (7%), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A base de cálculo destas obrigações é a receita bruta (receita tarifária bruta + receita acessória bruta).

A data de início da operação se deu em 04 de junho de 2020 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jau. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários – SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos Sociambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (“wi-fi”) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021.
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021.
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021.
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

O resultado comparativo do exercício de 2021 e 2020 não são diretamente comparáveis, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de janeiro de 2020 e iniciou sua operação em junho de 2020 e essa informação é relevante para o usuário não incorrer em interpretação errônea.

1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e conseqüente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.6.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.7. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

(b) Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros".

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.15. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.16. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

2.17. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Derivativo embutido

Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual.

O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

2.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.19. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.22. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.23. Reapresentação

A Administração efetuou a reclassificação do montante de R\$10.816 referente a sinalização e dispositivos de segurança do estoque para o ativo intangível, pois se trata-se de equipamentos que serão utilizados nas rodovias e fazem parte do ativo intangível da concessão. As demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

Balanço

Ativo	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Estoque	12.277	(10.816)	1.461
Circulante	105.438	(10.816)	94.622
Intangível	1.535.125	10.816	1.545.941
Não circulante	1.563.118	10.816	1.573.934
Total	1.668.556	-	1.668.556

DFC	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (*)	165.418	10.816	176.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.575.824)	(10.816)	(1.586.640)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 o total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentado foi de R\$ 64.815, o qual compreendia o somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, sendo este ora retificado para correção de erro de somatório e inclusão das variações dos ativos e passivos operacionais, lucro líquido do exercício e ajustes ao lucro no somatório e total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o qual totaliza o montante de R\$ 165.418.

2.24. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

(i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2).

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022).
- c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes.

2.25. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018–2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	4.172	1.832
Bancos	2.168	4.438
Aplicações Financeiras (i)	<u>278.221</u>	<u>52.271</u>
Total (ii)	<u><u>284.561</u></u>	<u><u>58.541</u></u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações vinculadas – Empréstimos BNDES	13.342	-
Aplicações vinculadas – Debêntures	<u>10.214</u>	-
Total	<u>23.556</u>	-
Circulante	8.270	-
Não Circulante	<u>15.286</u>	-
	<u>23.556</u>	-

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI à taxa média variável entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	46.060	23.312
Receitas acessórias	-	771
Total	<u>46.060</u>	<u>24.083</u>
A vencer	<u>46.060</u>	<u>24.083</u>
Total	<u>46.060</u>	<u>24.083</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Manutenção civil e hidráulica	834	919
Outros	<u>2.171</u>	<u>542</u>
Total	<u>3.005</u>	<u>1.461</u>

Em 31 de dezembro de 2021 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 28)	2.546	3.841
Custo a apropriar (i)	-	5.492
Total	<u>2.546</u>	<u>9.333</u>

(i) Custos relacionados à captação junto ao BNDES, os quais foram transferidos no exercício de 2021 para o passivo e apropriados ao resultado do exercício conforme evolução do contrato (ver nota explicativa nº 13).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda diferido	17.125	318
Contribuição social diferida	<u>6.166</u>	<u>114</u>
Total	<u><u>23.291</u></u>	<u><u>432</u></u>
2021	-	330
2022	2.705	40
Após 2023	<u>20.586</u>	<u>62</u>
Total	<u><u>23.291</u></u>	<u><u>432</u></u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.063	29
Provisão de fornecedores	3.120	852
Provisão para manutenção	59.454	-
Arrendamento Mercantil - IFRS16	-	389
Provisão PLR	2.933	-
Outras	<u>663</u>	<u>-</u>
Base de cálculo Total	<u><u>67.233</u></u>	<u><u>1.270</u></u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	22.859	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.154	44.735
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u><u>(3.452)</u></u>	<u><u>(15.210)</u></u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	15.768	-
Prêmios e gratificações	(273)	-
Amortização IFRS 16	(221)	-
Outras diferenças permanentes	143	190
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.965	(15.020)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(10.894)	(15.452)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>22.859</u>	<u>432</u>
	<u><u>11.965</u></u>	<u><u>15.020</u></u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	<u><u>118%</u></u>	<u><u>34%</u></u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Equipamentos para veículos</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	<u>113</u>	<u>7.546</u>	<u>834</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>18.004</u>	<u>250</u>	<u>26.753</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>527</u>	<u>9.441</u>	<u>4.701</u>	<u>326</u>	<u>11</u>	<u>23.952</u>	<u>639</u>	<u>39.597</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	<u>(50)</u>	<u>(416)</u>	<u>(861)</u>	<u>(65)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2.095)</u>	<u>(54)</u>	<u>(3.542)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(78)</u>	<u>(515)</u>	<u>(1.081)</u>	<u>(98)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2.977)</u>	<u>(67)</u>	<u>(4.818)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>386</u>	<u>1.796</u>	<u>3.647</u>	<u>291</u>	<u>6</u>	<u>5.066</u>	<u>376</u>	<u>11.568</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>449</u>	<u>8.926</u>	<u>3.620</u>	<u>228</u>	<u>9</u>	<u>20.975</u>	<u>572</u>	<u>34.779</u>
Taxas de depreciação - a.a.	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>10</u>	

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Equipamentos para veículos</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>414</u>	<u>1.895</u>	<u>3.867</u>	<u>324</u>	<u>7</u>	<u>5.948</u>	<u>389</u>	<u>12.844</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(28)</u>	<u>(99)</u>	<u>(220)</u>	<u>(33)</u>	<u>(1)</u>	<u>(882)</u>	<u>(13)</u>	<u>(1.276)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>386</u>	<u>1.796</u>	<u>3.647</u>	<u>291</u>	<u>6</u>	<u>5.066</u>	<u>376</u>	<u>11.568</u>
Taxas de depreciação - a.a.	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>10</u>	

Em 31 de dezembro de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios:

- (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão;
- (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários;
- (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Adições	394.847	382.112	-	1.382	46.942	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	-	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>218.833</u>	<u>988.028</u>	<u>1.136.335</u>	<u>2.531</u>	<u>46.942</u>	<u>2.392.669</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Adições	-	(47.350)	(37.877)	(89)	(564)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	-	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>(52.958)</u>	<u>(59.972)</u>	<u>(95)</u>	<u>(564)</u>	<u>(113.589)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	935.070	1.076.363	2.436	46.378	2.279.080
Taxas anuais de amortização - % (a)						

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	251.587	184.523	1.136.335	1.351	-	1.573.796
Transferências/reclassificações	(46.106)	46.108	-	(2)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	<u>205.481</u>	<u>230.631</u>	<u>1.136.335</u>	<u>1.349</u>	-	<u>1.573.796</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	-	<u>(5.746)</u>	<u>(22.095)</u>	<u>(14)</u>	-	<u>(27.855)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>205.481</u>	<u>224.885</u>	<u>1.114.240</u>	<u>1.335</u>	-	<u>1.545.941</u>

Taxas anuais de amortização - % (a)

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano.
- (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 18.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$46.942 em 31 de dezembro de 2021 (não houve capitalização de custos de empréstimos em 2020). A capitalização no exercício de 2021 foi 46% do resultado financeiro.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	<u>15.993</u>	<u>2.878</u>	<u>(6.471)</u>	<u>12.400</u>

	Adições	Depreciação	Valor líquido de baixas	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos operacionais	1.262	(153)	-	1.109
Instalações e Edificações	2.639	(367)	(162)	2.110
Veículos	15.687	(2.913)	-	12.774
Total	<u>19.588</u>	<u>(3.433)</u>	<u>(162)</u>	<u>15.993</u>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

12. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Obras	41.815	85.458
Fornecedores – Imobilizado	1.294	-
Fornecedores - Serviços	11.167	5.531
Total	<u>54.276</u>	<u>90.989</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	<u>1.032.744</u>	<u>650.000</u>	<u>80.080</u>	<u>(1.077.088)</u>	<u>(55.405)</u>	<u>630.331</u>

Descrição	Saldo em 27/01/2020	Captação	Juros e Atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2020
Notas Promissórias	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744
Total	<u>-</u>	<u>1.000.000</u>	<u>38.111</u>	<u>-</u>	<u>(5.367)</u>	<u>1.032.744</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.658	1.032.744
Não circulante	628.673	-

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e FAT – Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21” disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

As garantias reais eram:

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão (“Recebíveis”).
- (ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis (“Contas Cedidas”), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão”).
- (iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo”).
- (iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as “Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora”), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um “Contrato de Cessão Fiduciária” e, todos em conjunto, os “Contratos de Cessão Fiduciária”).
- (v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Alienação Fiduciária das Ações da Emissora” e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as “Garantias Reais”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária” e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os “Contratos de Garantia Real”).

Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares (“Alienação Fiduciária de Ativos”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos”).

Não havia cláusulas de “covenants” financeiros sobre as notas promissórias.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

14. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.652	1.312
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	5.365	5.261
Imposto Sobre Serviços – ISS	3.424	1.775
Impostos federais terceiros	956	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	634	943
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	740	1.618
Total	<u>13.771</u>	<u>12.139</u>

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Resultado
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-	9
Warrington Investment PTE. LTD.	Reembolso de despesas	-	-	(137)
One Infraestrutura de Dados S.A. ***	Venda de Torres	-	-	126
One Infraestrutura de Dados S.A.	Locação de Torres de Telecomunicação	-	-	(339)
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197	(5.276)
Saldo em 31/12/2021		<u>200</u>	<u>2.345</u>	<u>(4.616)</u>
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2020		
		Ativo	Passivo	Resultado
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	132	135	801
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas	128	163	(327)
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	-	115	(6.795)
Saldo em 31/12/2020		<u>260</u>	<u>413</u>	<u>(6.321)</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo Circulante	200	260
Ativo Não Circulante	-	-
	<u>200</u>	<u>260</u>
Passivo Circulante	2.345	413
Passivo Não Circulante	-	-
	<u>2.345</u>	<u>413</u>

- (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.
- (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (***) A Companhia efetuou a venda das torres de telecomunicação para a One Infraestrutura de Dados S.A. com o recebimento via transferência bancária no dia 23 de abril de 2021, com a opção de recompra das torres em maio de 2050.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R\$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$4.608 (R\$1.519 em 31 de dezembro de 2020) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado e, (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$39.520.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	16.345	-
Adições e atualizações contratuais	2.879	19.588
Baixas	-	(200)
Juros provisionados	878	616
Pagamento de juros	(878)	(616)
Pagamento de principal	(6.407)	(3.043)
Total	<u>12.817</u>	<u>16.345</u>
Circulante	7.361	6.543
Não circulante	5.456	9.802

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2022	9.242
2023	4.408
2024	782
2025	325
2026 em diante	539
Total	<u>15.296</u>
Ajuste a valor presente	(3.275)
Passivo de arrendamento	<u><u>12.817</u></u>

	Adoção Inicial	Dez.2020	Dez.2021	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA		4,52%	10%	5,00%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
<u>Ativo de arrendamento</u>								
Balanço patrimonial	19.588	15.993	12.400	5.319	1.914	1.257	978	-
Fluxo com projeção	19.588	15.993	12.400	5.662	1.985	1.297	1.007	-
<u>Passivo de arrendamento</u>								
Balanço patrimonial	19.588	16.345	12.817	5.457	1.613	864	540	-
Fluxo com projeção	19.588	17.100	14.144	10.933	8.716	6.799	5.099	3.569
<u>Despesas financeiras</u>								
Balanço patrimonial		616	878	566	179	79	43	265
Fluxo com projeção		644	969	603	186	81	44	273
<u>Despesas de depreciação</u>								
Balanço patrimonial		3.433	6.471	7.001	3.405	657	279	-
Fluxo com projeção		3.433	6.471	7.538	3.531	678	287	-

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	<u>31/12/2021</u>
Constituição da provisão para manutenção	60.830
Atualização pela inflação	11.090
Ajuste a valor presente	<u>(12.466)</u>
Total	<u>59.454</u>
Circulante	1.111
Não circulante	58.343

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingência – ações trabalhistas	525	-
Provisão para contingência – ações cíveis	729	29
Total	<u>1.254</u>	<u>29</u>

<u>Mapa movimentação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	29	-
Adições	<u>1.225</u>	<u>29</u>
Saldo final	<u>1.254</u>	<u>29</u>

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$477.357 em 31 de dezembro de 2020), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2021 houve integralização de R\$492.500 mediante depósito em conta corrente, representado por 492.500.000 novas ações.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao período de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	22.119	29.715
(-) Constituição de reserva legal	<u>(1.106)</u>	<u>(1.486)</u>
(=) Lucro líquido ajustado	<u>21.013</u>	<u>28.229</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	210	282

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2021 a constituição da reserva legal foi de R\$1.106.

Em 31 de dezembro de 2020 a constituição realizada foi de R\$1.486.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$20.803. Em 31 de dezembro de 2020, a constituição realizada foi de R\$27.947.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita com arrecadação de pedágio	573.557	231.390
Receitas com construção	764.866	383.992
Receita acessória (a)	<u>2.965</u>	<u>900</u>
Receita Bruta	1.341.388	616.282
Deduções da receita	<u>(49.603)</u>	<u>(19.996)</u>
Receita líquida	<u>1.291.785</u>	<u>596.286</u>

(a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	576.522	232.290
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(17.296)	(6.970)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(3.748)	(1.510)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	<u>(28.559)</u>	<u>(11.516)</u>
	<u>(49.603)</u>	<u>(19.996)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(764.866)	(383.992)
Provisão para manutenção	(60.830)	-
Pessoal	(43.707)	(17.148)
Conservação e manutenção	(77.235)	(7.668)
Serviços de terceiros (*)	(51.569)	(26.883)
Seguros	(4.648)	(4.582)
Depreciações e amortizações	(94.506)	(29.077)
Poder concedente	(38.245)	(3.478)
Locações de imóveis e máquinas	(2.846)	(1.156)
Outras despesas operacionais	(7.513)	(2.077)
Total	<u>(1.145.823)</u>	<u>(476.061)</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(1.063)	(29)
Pessoal	(21.845)	(12.114)
Conservação e manutenção	(2.068)	(1.711)
Serviços de terceiros	(12.894)	(16.806)
Depreciações e amortizações	(1.509)	(3.487)
Locações de imóveis e máquinas	(8)	(101)
Outras despesas operacionais	(1.585)	(866)
Total	<u>(40.972)</u>	<u>(35.114)</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Provisão para manutenção – AVP	12.466	-
Receita de aplicações financeiras	1.572	5.954
Outros	628	16
Total	<u>14.666</u>	<u>5.970</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(82.405)	(38.111)
Provisão para manutenção – Atualização pela inflação	(11.090)	-
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/debêntures	(13.311)	(6.708)
Juros de arrendamento	(878)	(616)
Despesas bancárias	(843)	(598)
Outras despesas financeiras	(1.529)	(440)
Total	<u>(110.056)</u>	<u>(46.473)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(95.390)</u>	<u>(40.503)</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro básico/diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	22.119	29.715
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>726.980</u>	<u>477.357</u>
Lucro básico	<u>0,030</u>	<u>0,062</u>
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	<u>92.212</u>	<u>-</u>
Lucro diluído	<u><u>0,027</u></u>	<u><u>0,062</u></u>

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.579.916	1.038.111
Caixa e equivalentes de caixa	(284.561)	(58.541)
Aplicações financeiras vinculadas	<u>(23.556)</u>	<u>-</u>
Dívida líquida	1.271.799	979.570
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.021.199</u>	<u>506.790</u>
Índice de endividamento líquido	<u><u>1,25</u></u>	<u><u>1,93</u></u>

- (i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	284.561	58.541
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	23.556	-
Contas a receber	Custo amortizado	46.060	24.083
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	54.276	90.989
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	678.758	1.038.111
Debêntures	Custo amortizado	890.112	-
Credor pela concessão	Custo amortizado	13.190	382

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Fluxo de caixa			2025 em diante
				2022	2023	2024	
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	371.099	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	159.067	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	370.992	769.004	19.200	19.918	20.718	709.168
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	678.758	1.560.556	34.417	35.730	36.800	1.453.608
		<u>1.579.916</u>	<u>7.756.758</u>	<u>53.617</u>	<u>55.648</u>	<u>57.518</u>	<u>7.589.975</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES – FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2021	Juros a incorrer		
			Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	278.221	29.631	37.031	44.460
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,03%	6,29%	7,55%
CDI (b)	10,65%	13,31%	15,98%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br – FOCUS - Relatório de Mercado de 31 de dezembro de 2021.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 11 de fevereiro 2022.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	97.500	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	6.904.779	Até julho de 2022
Veículos – frota	26.239	Até julho de 2022
D&O	40.000	Até agosto de 2022
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	31.040	Até setembro de 2022

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No segundo ano do projeto, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$718 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Do início do segundo ano do projeto até o encerramento deste exercício a Companhia investiu R\$382.763. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,2 bilhões.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	11	2.878	19.588
Receita de construção	23	764.866	383.992
Custo de construção	24	(764.866)	(383.992)
Provisão para manutenção	20	(59.454)	-
Fornecedores aquisição de intangível	10	(43.643)	-
Capitalização de juros	10	(53.600)	-
Aquisição de imobilizado	9	(1.294)	-

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 17 de março de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos e para os fins do artigo 25, §1º, V, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Itirapina, no Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, S/N, km 216,8 – Pista Sul, CEP 13530-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 36.146.575/0001-6, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.548.213 (“Companhia”), declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Itirapina, 17 de março de 2022.

Sérgio Ray Santillán
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Daniel Becker
Diretor de Gestão Estratégica

Thiago de Paula Bronzi
Diretor de Novos Negócios

Robinson Alexandre de Avila
Diretor de Engenharia

Luiz Claudio Torelli
Diretor de Conservação e Manutenção

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos e para os fins do artigo 25, §1º, VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Itirapina, no Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, S/N, km 216,8 – Pista Sul, CEP 13530-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 36.146.575/0001-6, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.548.213 (“Companhia”), declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Itirapina, 17 de março de 2022.

Sérgio Ray Santillán
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Daniel Becker
Diretor de Gestão Estratégica

Thiago de Paula Bronzi
Diretor de Novos Negócios

Robinson Alexandre de Avila
Diretor de Engenharia

Luiz Claudio Torelli
Diretor de Conservação e Manutenção